

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 119

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS: 02 - Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 032ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE SETEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Tiago Amorim Novaes.

Às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczy, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes e Waldyr Pugliesi (48). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Geraldo Cartário, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Tony Garcia, Ângelo Vanhoni e Marcos Isfer (06).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2790

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco das proposições de veto constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2787

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque para a discussão e votação do parágrafo único do artigo 46 da LDO - Proposição nº 070/2001, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2788

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque para a discussão e votação do parágrafo único do artigo 40 da LDO - Proposição nº 070/2001, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2789

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respectivamente, REQUER, destaque de discussão e votação à Proposição de Veto nº 063/2001, oriunda do Projeto de Lei nº 338/2000 de autoria do deputado Edson Strapasson, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 04.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 48 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento nº 2787, de autoria do senhor deputado Cesar Silvestri, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação do parágrafo único do artigo 46, da LDO, Proposição nº 070/2001, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Em votação.

Será feita verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Vinte senhores deputados aprovam o requerimento.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e quatro senhores deputados.

Está rejeitado.

Requerimento nº 2788, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação do artigo 40 da LDO, Proposição 070/2001, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Em votação.**

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Rejeitado.

Requerimento nº 2789, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação a Proposição do Veto 63/2001, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Em votação.**

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Rejeitado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente convoco uma reunião para amanhã às nove e trinta horas, a fim de discutirmos a questão de Araucária. Já conversei com alguns deputados e eles estão dispostos.

Então, nos reuniremos antes da Sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado.

Requerimento nº 2790, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e cinco senhores deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um deputados.

Está aprovado.

Solicito, após anunciarmos os itens que serão votados conjuntamente, ao Sr. Valdir, a chamada dos parlamentares. O item 01 é a discussão única da Proposição 057/2001 - Veto aposto ao Projeto de Lei 076/2001; Item 02, discussão única da Proposição 063/2001 - Veto aposto ao Projeto de Lei 338/2000; Item 03, discussão única da Proposição 070/2001 - Veto parcial aposto ao Projeto de Lei 135/2001; Item 04, discussão única da Proposição 074/2001 - Veto aposto ao Projeto de Lei 006/2000.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 057/2001, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 076/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2001, que altera a redação do Artigo 1º, da Lei nº 9998, de 25 de junho de 1992, que estabelece percentual de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina comercializada no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 190/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 116/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 076/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 9.998, de 25 de junho de 1992, para modificar o percentual de álcool etílico anidro à gasolina comercializada no Estado do Paraná.

Embora tal projeto tenha sido proposto pelo Poder Executivo, através da Mensagem nº 009/2001, de 19 de março do corrente ano, determinei aos órgãos do Governo que a matéria continuasse, os seus vários aspectos, sob atualizados estudos. Com base em observações e ponderações feitas mais recentemente e posteriormente ao envio da proposta a essa Casa de Leis, considerei a medida inoportuna e desnecessária, razão pela qual resolvi vetar o presente projeto de lei.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 076/2001 encontra-se publicado no DA nº 022/2001, de 21.03.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 57/2001
APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 76/2001

P A R E C E R :

Projeto de Lei nº 76/2001 oriundo de Mensagem do Poder Executivo (Mensagem 09/2001), altera redação do artigo 1º, da Lei nº 9.998 de 25 de junho de 1992, que estabelece percentual de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina comercializada.

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao senhor governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez, e, no prazo constitucional comunicou o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a proposição veto está em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 063/2001, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 338/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, sediado no município de Colombo-PR. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 262/2001

Curitiba, 18 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 122/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 338/2000, por julgá-lo inconstitucional, porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso III *in-fine*, da Carta Constituição.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 338/2000, encontra-se publicado no DA nº 143/2000, de 23.10.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 63/2001

P A R E C E R :

A Proposição Veto nº 63/2001 considerou inconstitucional o Projeto de Lei nº 338/2000, de autoria do

deputado Edson Strapasson, alegando que a criação do Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar é matéria de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, conforme dispõe o artigo 66, inciso II da Constituição Estadual.

A proposição veto não encontra óbice de natureza legal ou constitucional.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 070/2001, veto-parcial aposto ao Projeto de Lei nº 135/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2001, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2002. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG nº 273/2001

Curitiba, 25 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 187/2001, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no Parágrafo 3º, da Constituição Estadual e de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 2002. O veto parcial apostado incidiu sobre o parágrafo único do artigo 20, artigo 39, e parágrafo único do artigo 46.

O veto parcial apostado decorre de Parecer Técnico da Coordenação de Orçamento e Programação, órgão da Secretaria de Estado da Fazenda, cujos termos ratifico, sugerindo veto aos dispositivos acima mencionados.

O parágrafo único, do artigo 20, foi vetado tendo em vista que os Serviços Sociais Autônomos, entidade de direito privado, não seguem as classificações de receita e despesa adotadas pelas instituições públicas e que os valores dos recursos oriundos de outras origens não estão previstos na estimativa de receita apresentada na LDO.

O artigo 39, é vetado porque a Lei nº 13.133/2001 refere-se à criação do Programa do Programa Estadual de Incentivo à cultura e até 1,5% do mesmo Imposto para o Fundo Estadual de Cultura, como transferências correntes e, ainda, pelo fato de já existirem outras vinculações legais de aplicações diversas, não citadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

As disposições do artigo 40, são vetadas face inexistir recursos para novos programas. Ademais, o governo já atua no Litoral através de programas como a Operação-Verão, desenvolvido por diversas Secretarias, programas de infra-estrutura nas áreas portuária, rodoviária

ria, de energia e saneamento, bem como em programas na área social sem a específica inclusão na LDO.

Finalmente, o parágrafo único do artigo 46, mereceu veto porque o Poder Executivo não poderá assumir despesas decorrentes de novas estadualizações. Apesar de o parágrafo estar inserido em artigo que autoriza alterações decorrentes de reformas administrativas, foi vetado para não ensejar expectativas de futuras estadualizações de outras entidades.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 70/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta parcialmente o Projeto de Lei nº 135/2001, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2002.

Chamada esta comissão a se manifestar, observou-se o cumprimento do prazo legal e regimental de acordo com o artigo 71, da Constituição Estadual.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, pelo encaminhamento desta proposição-veto, para apreciação e deliberação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 074/2001, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 006/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, a criar o núcleo regional da Secretaria de Estado do Emprego e das Relações do Trabalho com sede em Dois Vizinhos. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG Nº 280/01

Curitiba, 01 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 133/2001, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 006/2000, por julgá-lo inconstitucional, porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento con-

tido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O projeto de Lei nº 006, encontra-se publicado no DA nº 002/2000, de 16.02.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 74/2001 PROJETO DE LEI Nº 006/2000

Projeto de Lei nº 006/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, autoriza o Governo do Estado do Paraná, a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho no município de Dois Vizinhos.

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao senhor governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez e, no prazo constitucional e comunicou o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a Proposição de Veto está em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.08.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Em votação.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, iremos apreciar, aqui, quatro vetos importantes do governador Jaime Lerner, mas é mais importante ainda, porque ele versa sobre a LDO, para o ano que vem - a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Essa proposta, senhor presidente foi fruto de uma grande discussão que tivemos na Comissão de Orçamento, da qual o deputado Durval Amaral foi o relator e o deputado Cezar Silvestri, o presidente.

Nós, na Comissão de Orçamento, da forma mais democrática, encaminhamos para o parecer, para o relatório, para uma redação consensual. Inclusive vale lembrar que a Oposição era maioria na Comissão.

No entendimento com o deputado Durval Amaral, procuramos colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, apenas aquilo que fosse absolutamente necessário para o Paraná. Por isso nos surpreendeu o veto do governador Jaime Lerner, o veto parcial. Vetou o parágrafo único, do artigo 20: "Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação próprias das autarquias, fundações, órgãos do regime especial, fundos e serviço social autônomos".

Não tem porque esconder, para que todos nós possamos saber a quantidade total das receitas de todos os

órgãos, além da administração direta e também da administração indireta e também dos fundos de serviços sociais autônomos.

Além desse veto, o governador vetou o artigo 39, que diz o seguinte: “o projeto de lei orçamentário deverá conter dotação orçamentária, conforme especificado na Lei nº 13.133”.

Quer dizer, se a lei está dizendo que o projeto está preconizando que o orçamento deve ser especificado, não tem por quê o governador vetar. É uma ilegalidade esse veto, contrariando a própria Lei 13.133, do dia 16 de abril de 2001.

Um outro veto, sobre o artigo 40: “O projeto de lei orçamentário deverá destinar votação específica, com o fim de promover o desenvolvimento econômico do litoral do Paraná, incentivando o turismo, a agricultura, a pesca e a atividade portuária.

Ora, o governador Jaime Lerner que tem dito, falado, tem anunciado que gostaria de implementar ações que pudessem promover o desenvolvimento do litoral do Paraná, e agora, para nossa surpresa, ele veta uma proposta na lei de diretrizes que tem exatamente o fim de assegurar para o litoral do Paraná o desenvolvimento econômico, o incentivo ao turismo, à vida, o desenvolvimento do litoral do nosso Estado que está abandonado por esse Governo.

E nós não entendemos como o governador coloca um veto, senhores deputados, a uma proposta que tem um único objetivo de estabelecer justiça para com o litoral do nosso Estado, e também veta o parágrafo único do artigo 46 e veja, deputado Cezar Silvestri, veja, deputado Hermas Brandão, a incoerência desse veto do governador Jaime Lerner, o veto, sobre o parágrafo único.

O que diz o parágrafo único? “O disposto no *caput* desse artigo aplica-se às novas instituições de ensino superior e às faculdades que venham ser estadualizadas”.

Como é que o governador vai a Jacarezinho anunciar a criação de uma nova universidade no Paraná, se ele veta o artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias que lhe dá a condição de encaminhar para esta Casa o orçamento, possibilitando a criação da Universidade de Jacarezinho?

É uma incoerência absurda, senhor presidente, deputado Hermas Brandão, V. Exa. que é um entusiasta da Universidade de Jacarezinho, no Norte Velho do Paraná, esse dispositivo que foi colocado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, é para dar ao governador Jaime Lerner o suporte legal para que pudesse encaminhar para a Assembleia Legislativa, o projeto de lei orçamentária com condições de suporte financeiro para criar a Universidade do Norte Velho, e com esse veto ele joga por terra a promessa que ele fez pública e solenemente no Norte Velho, a promessa que ele fez de tornar a Universidade, da Faculdade de Jacarezinho, de Wenceslau Braz e adjacências, senhor presidente.

Por isso, nós temos que derrubar o veto do governador à LDO, para podermos fazer com que ele possa

implementar as propostas que ele tem prometido no Paraná, como por exemplo, a estadualização de universidades, como por exemplo o desenvolvimento do litoral do Paraná, como requer a Lei de Responsabilidade Fiscal, que o orçamento seja transparente, que a aplicação dos recursos públicos seja rigorosa.

Senhor presidente, o nosso encaminhamento é um apelo que fazemos aos deputados. Vamos derrubar o veto do governador para que nós possamos ter uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que ampare, uma lei orçamentária...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a V. Exa. que conclua o seu encaminhamento com mais um minuto.

O SR. NEREU MOURA

Eu só falei 5 minutos, senhor presidente. Tenho direito a trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quem me alertou aqui que V. Exa. encerrou e está cronometrando, é o deputado Zuk.

O SR. NEREU MOURA

Não, mas eu tenho 30 minutos! É que V. Exa. não ouviu o que eu estava falando, aliás, eu estava falando para V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu estou ouvindo perfeitamente, sobre a Universidade do Norte Pioneiro.

O SR. NEREU MOURA

O assunto que V. Exa. é o pai, inclusive é o gestor e que...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos prestando atenção, estávamos atendendo o deputado Neivo, mas estávamos ouvindo aí.

O SR. NEREU MOURA

É, eu vi, a alegria era enorme de V. Exa., talvez porque estivesse falando na Universidade do Norte Pioneiro.

Mas, senhor presidente, o veto do governador derruba a Universidade do Norte Pioneiro, V. Exa. tem que nos ajudar a derrubar o veto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para salvar a Universidade do Norte Pioneiro.

Este é o encaminhamento que fazemos.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados, o que o deputado Nereu Moura falou é absolutamente o que ocorreu na Comissão de Orçamento.

Pela primeira vez, atendendo até o dispositivo que a Lei de Responsabilidade Fiscal nos impõe, a Sessão

para a prestação da LDO foi uma Sessão pública, aonde nós procuramos fazer um entendimento. E nós, da Oposição, estávamos com a maioria naquela Sessão.

Mas, como o nosso objetivo não é de forma nenhuma atrapalhar o governo do Estado, para que ele possa ter condições de governabilidade, fizemos um acordo com o líder do Governo, que é o relator da Comissão de Orçamento, deputado Durval Amaral.

Emenda por emenda foi discutida e todas que foram aprovadas, o foram de comum acordo.

Deputado Durval Amaral, faço um apelo a V. Exa. que convoque a Bancada que dá apoio de sustentação ao Governo nesta Casa, para que derrubemos esse veto.

Uma das emendas, senhor presidente, que foi colocada, prevê possíveis estadualizações. Essa emenda foi colocada por mim, atendendo um apelo exatamente do presidente Hermas Brandão e, também porque nas eleições de Guarapuava, nas últimas eleições a prefeito, está aqui o deputado Fernando Ribas Carli, foi proposta de campanha, tanto por parte do deputado Fernando Ribas Carli como também pelo atual prefeito, a estadualização da Faculdade de Agronomia e Veterinária, do município de Guarapuava.

Há questão de alguns meses atrás, estive em Guarapuava, na nossa Universidade, o secretário da Comunicação, Rafael Greca de Macedo, quando recebi um apelo por parte dos estudantes da comunidade e dos professores, para que houvesse essa estadualização. Ele deixou claro, falando em nome do Governo, que se tivesse condições legais, se tivesse recursos, e até chegou a citar a questão da Copel, se a Copel fosse vendida teria essas condições, teria esse recurso. Se ele tinha vontade política e tinha certeza absoluta que o governador Jaime Lerner, também, teria vontade política de estadualizar aquela faculdade.

Para que isso pudesse ocorrer havia necessidade da previsão da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Se nós mantivermos o veto da forma como está, esta faculdade não poderá ser estadualizada e nem a criação da Universidade do Norte Pioneiro, poderá acontecer.

Então peço ao líder do Governo, que aprovou junto conosco um acordo e, também, o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, para que solicitasse aos deputados a derrubada desse veto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, o deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente e senhores deputados, gostaria de encaminhar a questão do veto, item 02, da pauta da Ordem do Dia, exatamente um veto aposto ao Projeto de Lei nº 338 de minha autoria, que objetiva e autoriza o Governo do Estado do Paraná, a criar um batalhão metropolitano na Região Norte, da Região Metropolitana de Curitiba.

Inicialmente, gostaríamos de colocar aqui o nosso protesto, quando nós aqui discutimos vetos e através de requerimento, nós colocamos num pacote único lacrado todos os projetos que foram longamente discutidos nessa Casa, passaram por diversas Comissões. Tenho certeza, que se nós fôssemos avaliar quanto custa ao povo do Paraná, custaria muito.

E o Governo do Estado do Paraná, à revelia, veta alguns projetos e outros não, sem um critério legal e, quando retorna a esta Casa, nós depomos aqui contra nós mesmos, contra o nosso trabalho, contra a iniciativa dos parlamentares, principalmente, na hora de votar colocando no mesmo pacote projetos que são totalmente diferentes e que mereceriam e deveriam, senhores deputados, serem discutidos e votados individualmente, para que cada parlamentar pudesse aqui colocar realmente o seu posicionamento em relação ao projeto, que sempre em todos os casos recebeu o parecer positivo para ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. E que na verdade nós estamos, aqui, avocando a alegação de inconstitucionalidade do Governo do Estado.

Senhores parlamentares, esta Casa tem tradicionalmente aprovado projetos de caráter autorizatório, até muitas vezes discutido na Comissão de Constituição e Justiça, já que essa Comissão tem, até por ser autorizatório, se manifestado favorável. E encontramos uma fórmula, como parlamentares legislando nesta estreita canaleta que nos permite a legislação estadual. Nós, aqui, ficamos praticamente quase que na obrigação de estimular o Governo do Estado nas suas ações governamentais, de forma a atender o cidadão.

E esse projeto nada mais é, senhores deputados, do que um projeto que autoriza, ele não obriga o Governo do Estado do Paraná a recompor a administração do policiamento da Região Metropolitana. Até porque, nós temos uma região composta de 25 municípios, com uma população de mais de um milhão cento e trinta e oito mil habitantes. É um policiamento muito pequeno, muito aquém do desejado e regulamentado pela ONU.

Nós temos hoje todos os municípios da Região Metropolitana, todos eles, os 25, administrados por uma companhia, por um batalhão metropolitano, sediado no município de São José dos Pinhais, na região Sul de Curitiba, para administrar e controlar o efetivo policial lá no município de Adrianópolis, ao Norte, divisa com São Paulo.

Com certeza a grande Região Metropolitana merece e justifica a criação de um outro batalhão, no sentido até, deputado Algaci, de aumentar o efetivo. Já que temos aí a criminalidade intensa, crescente. E temos casos de municípios como Colombo, que tem um policial para mais de 4500 habitantes, quando temos em Curitiba um policial para 655 habitantes.

Faz-se necessário o Governo do Estado, definitivamente se reestruturar nesse espaço geográfico enorme, com uma população muito grande, difícil de controlar visto a carência social e a criminalidade e que se encontra

um comando único de Norte a Sul, Leste Oeste, fazendo com que o cidadão desta região tenha um policiamento muito pequeno, deixando a marginalidade crescente e que atinge toda a região, sem uma atenção efetiva.

Então, o que nos propusemos era exatamente isso, que o governo do Estado do Paraná, implantasse um Batalhão Metropolitano, com o objetivo de atender às regiões de Colombo, Campina Grande, Quatro Barras, Bocaúva do Sul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Cerro Azul, Itaperuçu, Doutor Ulisses. Com uma população aí de quase 500 mil habitantes, que seria com certeza atendida por um novo batalhão, por uma companhia com um efetivo mínimo, que nós tivéssemos pelo menos um policial para cada 2000 mil habitantes, que já essa realidade hoje está longe de atender 1 policial para cada 500 habitantes, como prevê a ONU.

Desta forma, senhores parlamentares, queria aqui colocar o nosso pedido, para que até como o governo do Estado tem alguns projetos que foram autorizatórios, ele tem sancionado, outros projetos autorizatórios, o Governo do Estado tem vetado. E nós, aqui, temos colocado no mesmo balaio e soterrado projetos muitos diferentes e que nós queremos discutir.

Peço aos senhores parlamentares, que nesta atenção deste projeto possamos aqui derrubar o veto do governador, para que realmente a questão de segurança, que é um grande problema, metropolitano, principalmente, seja amenizado, pelo menos, com a implantação deste Batalhão Metropolitana Norte.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Muito embora tenha consciência de que o meu encaminhamento de forma alguma fará mudar o pensamento dos demais companheiros que apoiam o governo, quero, senhor presidente, no legítimo direito que tenho de encaminhar, apenas fazer minhas as palavras do deputado Edson Strapasson, quando reivindica o Batalhão da Polícia Militar, para a zona Norte de Curitiba e mostra toda sua carência em relação à segurança pública nesta região.

Mas também, senhor presidente, quero deixar aqui minha posição contrária ao veto do Governador, artigo 40, quando o projeto de Lei Orçamentária, deverá destinar dotação específica, com o fim de promover o desenvolvimento econômico do litoral do Paraná, incentivando o turismo, a agricultura, a pesca e a atividade portuária. E o litoral através de programas, como “Operação Verão”, desenvolvida por diversas secretarias, programas de infra-estrutura das áreas portuária, rodoviária, de energia e saneamento, bem como em programas na área social, sem a específica inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu até posso dizer que em parte o governador tem razão, na sua atuação, ao litoral do Paraná. E não é à toa que o litoral do Paraná está carente, por falta exatamente de uma melhor atuação do Governo. Nós temos sérios

problemas na pequena costa do nosso litoral, que dá em menos de 40 km, um incentivo maior ao turismo, que tratamento, que condição se dá ao pescador, quando ainda neste mês de agosto participei eu de um protesto verificado em Guaratuba, quando pescadores fecharam a travessia do ferry-boat, exatamente porque não estão tendo condições de competitividade com os barcos que vêm de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, onde numa ação do Ibama, muito embora seja um órgão federal, também traz sérias consequências aos pescadores, quando de fiscaliza a rigor os pescadores e se fecham os olhos para os grandes empresários, que vivem da pesca?

Quando nós vemos que o litoral do Paraná, na “Operação Verão”, que o Governo fala, aqui que já atua, já as duas últimas foram operações praticamente terceirizadas, apenas com atividade das Polícia Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros. De resto, o incentivo à cultura, por exemplo, ao turismo, nesta época de temporada, tudo foi terceirizado. São iniciativa, parte terceirizada e parte investida pelos senhores prefeitos; com toda dificuldade que têm, procuram pelo menos levar algum atrativo durante a temporada de verão.

Por isso, senhor presidente, quero deixar patenteadado aqui meu descontentamento, porque é uma área na qual atuo bastante. Muito embora, agora não mais na condição de levar alguns recursos para o litoral do Paraná, porque a retaliação governamental me tirou estas condições. Mas, tenho sido eu, sem dúvida alguma, um dos deputados mais atuantes no litoral do Paraná, com minha presença, buscando as reivindicações, fazendo com que a voz do caçara, a voz do pescador, a voz do nativo das ilhas cheguem acima da Serra do Mar para demonstrar a situação de penúria na qual vive o pessoal do litoral.

Por isso, quero deixar aqui patenteadado meu descontentamento com relação a este veto, que se destina, evidentemente, ao melhor desenvolvimento econômico do litoral do Paraná. E aliás, vou cobrar na semana que vem, do governador, uma lei aprovada nesta Casa, um projeto de lei de autoria deste parlamentar e do deputado Ângelo Vanhoni, que criou a coordenação do litoral do Paraná. Vetado pelo Governador. E esta Casa, aqui, sabiamente, derrubou este, portanto, transformando em lei.

E eu não vejo, em cima desta lei, nada, absolutamente nada, nenhuma regulamentação desta lei, ainda. Estarei na semana que vem, sem dúvida alguma, cobrando a regulamentação desta lei para que ela seja colocada em prática no litoral do Paraná. Está lá, à beiramar do litoral do Paraná, no município de Matinhos, que está intransitável, a ressaca destruiu o resto que havia ainda. Está lá a carência da estrada que ligaria Praia de Leste a Pontal do Sul, para que se possa desenvolver uma condição portuária no Distrito de Pontal do Sul, que tem um dos melhores calados, melhor do que até mesmo o Porto de Paranaguá e esta região não se desenvolve, por quê? Porque lamentavelmente não há estrada, e não tendo estrada, evidentemente, o desenvolvimento não chega lá.

Cobrar do governador o seu sonho de transformar navegável o canal ligando Pontal do Sul ao Balneário de Caiobá, senhores deputados, que também ficou no papel.

Cobrar do governador o assoreamento dos canais que estão em condições difíceis de escoamento da água, o que evidentemente provocam alagamentos em partes dos nossos balneários do Paraná.

Por tudo isso, senhor presidente, é que eu faço a minha posição, contrário a este veto que lamentavelmente, além de trazer problemas de segurança na região norte do 'Paraná, ainda da Região Metropolitana de Curitiba, ainda também tira alguma coisa de esperança para os prefeitos e para o povo do nosso litoral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

Solicito ao nobre deputado Valdir Rossoni à chamada nominal dos senhores parlamentares, para a votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

(**Procede à chamada dos senhores deputados para votação**).

(**Procede à 2ª chamada nominal**).

Senhor presidente, 48 senhores deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Cezar Silvestri**)

Designo os deputados: Basílio Zanusso, Algaci Tulio, Hermes Fonseca e também o deputado Nelson Tureck, para acompanhar.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Confira os envelopes primeiro.

48 conferidos: 02 - brancos; 25 - sim; 21 - não.

O SR. PRESIDENTE (**Cezar Silvestri**)

Estão mantidos os vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 10, para logo após o término da Sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 055, 065, 069 e 076/2001.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se, a

Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nº 249/2001, 266/2001, 276/2001, 278/2001 e 286/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 012/2001

I - exonerar, a pedido, JOSÉ SIBONEY NASCIMENTO, do cargo em Comissão símbolo IGP-3, do gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, TATIANE CHIRSTINA DE ALBORGHETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo, 1GP-3, do gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 013/2001

I - exonerar, a pedido, EVANDRO AUGUSTO BIER, do cargo em Comissão símbolo 2GP-1, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, AMÉLIA GRAMS para exercer o cargo em Comissão, símbolo, 2GP-1, do gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de janeiro de 2001.

(Prot. nº 128/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 014/2001

I - exonerar, a pedido, ELAINE BORELLA, do cargo em Comissão símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, ÁLVARO TADEU VIEIRA ALBRECHT, do cargo em Comissão, símbolo, 1GP-3, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - prover, ELAINE BORELLA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do

deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - exonerar, a pedido, LIA TEREZA SCHLEDER GONÇALVES OLIVEIRA, do cargo em Comissão símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

V - exonerar, a pedido, EVERLY STECH, de cargos em Comissão, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - prover, EVERLY STECH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VII - exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS SAMPAIO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VIII - prover, JOSÉ CARLOS SAMPAIO, do cargo em Comissão, símbolo, 1GP-1, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IX - prover, MARCELO BONAMIGO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

X - prover, OSMAR JOSÉ RODRIGUES DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XI - exonerar, a pedido, ADRIANA ROSANA MOREIRA CRUZ, do cargo em Comissão, símbolo, DAS-5, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XII - prover, MARIA DA LUZ RODRIGUES STECH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970;

XIII - prover, ADRIANA ROSANA MOREIRA CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XIV - exonerar, a pedido, CÉLIO APARECIDO DE FREITAS, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XV - prover, VILMA LURDES BONAMIGO, do cargo em Comissão, símbolo, 2GP-1, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 015/2001

prover, MAURO ANTÔNIO SUYHAMA SOZONOFY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 016/2001

I - exonerar, a pedido, MÁRCIA VALÉRIA DE AZEVEDO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, GRAÇA MARIA LIBERATO MARI-NHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo, 1GP-4, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de janeiro de 2001.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 08.01.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 017/2001

I - prover, JOÃO BEDNARSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando o mesmo autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970;

II - prover, SANTA TERESINHA DOS SANTOS SUKENSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970;

III - prover, SANDRO MARCELO ARRUDA, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, ZULEIDE TEREZINHA MACCARI, para exercer o cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

V - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de janeiro de 2001; conforme especifica:

1GP-5: DANILO TONELO

1GP-5: SAUDI MENSOR

1GP-5: LUÍS PIRIN

1GP-3: VALDETE APARECIDA DE SOUZA

1GP-3: ZELEIDE CATTALAN POSSOMAI

1GP-2: RENATA ADRIANA GARBOSSO

(Prots. nºs 133 a 142/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 018/2001

I - exonerar, a pedido, CARLOS CÉSAR DE ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, LAUDELINA PINTO MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de janeiro

de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 019/2001

I - exonerar, a pedido, ARNO OSTJEN, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Elio Lino Rusch, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, INÊS CLAOETE RIZZI, do cargo em Comissão, símbolo, 2GP-1, do gabinete do deputado Elio Lino Rusch, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - prover, ELAINE MEDEIROS DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Elio Lino Rusch, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 020/2001

I - exonerar, a pedido, ÂNGELA MARIA MARCELO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, VALENTIN JOSÉ CARLOS PAVEZI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de janeiro de 2001.

(Prot. nº 156/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 021/2001

I - exonerar, a pedido, WILSON ROBERTO SANTANA, de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, EDENEI PAGANI ACIOLI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - prover, WILSON ROBERTO SANTANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, MARCELO PRESTES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

V - exonerar, a pedido, HÉRCULES CARVALHO DENOBI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do

gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - prover, JÚLIO CÉSAR RIBEIRO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VII - exonerar, a pedido, ORLANDO VEIGA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VIII - prover, GERSON KICH DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IX - prover, ELISEU ANUNCIAÇÃO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

X - exonerar, a pedido, PRISCILA INGRID TAKAYAMA, de cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XI - exonerar, a pedido, INGRID KUSMA TAKAYAMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XII - prover, INGRID KUSMA TAKAYAMA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XIII - exonerar, a pedido, ÂNGELA SUELI MARIOTTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XIV - prover, ÂNGELA SUELI MARIOTTO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XV - exonerar, a pedido, ELIANE PAGANI ACIOLI DENOBI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XVI - exonerar, a pedido, CARLOS ALBERTO TIRANDELLI JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XVII - prover, CARLOS ALBERTO TIRANDELLI JÚNIOR, para exercer em Comissão, junto ao gabinete da Liderança, do PST, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XVIII - exonerar, a pedido, RUMILDO MATOS DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XIX - prover, RUMILDO MATOS DE LIMA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XX - prover, FABIANO LAZARINO ANTUNES, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 022/2001

I - exonerar, a pedido, VALDEMIR MANOEL SOARES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, JAHYRA MIRNA DE OLIVEIRA DANTAS DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, RENATO TEIXEIRA LEMES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, ELGA APARECIDA CANHA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - exonerar, a pedido, MAURÍCIO LARA PACHECO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - prover, MÁRCIA BARRETO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VII - exonerar, a pedido, ONÉSIO CUSTÓDIO JORGE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VIII - prover, ROSÂNGELA DELMAS CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IX - exonerar, a pedido, ANTÔNIO ALVES BATISTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001;

X - prover, SIMONE APARECIDA COSTA RIOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XI - exonerar, a pedido, PAULO CÉSAR DO NASCIMENTO CARNEIRO, do cargo em Comissão,

símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XII - prover, SÔNIA PEREIRA DE BRITO LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 023/2001

I - exonerar, a pedido, JOSÉ ANTÔNIO DE CAMARGO FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, GILBERTO GARCIA DE CAMPOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - exonerar, a pedido, MARIA ÁUREA HIGINO SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, IVO TRAGUETO JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de janeiro de 2001;

V - exonerar, a pedido, SARA MEDEIROS CORREIA BITTENCOURT, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - prover, RODRIGO RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prots. nºs 167 a 169/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 024/2001

I - exonerar, a pedido, FLÁVIA ELIZA HOLLEBEN PIANA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 025/2001

I - exonerar, a pedido, WESLEY COSENDEY SENNA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, MARCELO PACIORNIK, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - prover, WESLEY COSENDEY SENNA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 026/2001

I - exonerar, a pedido, VALÉRIA AIDAR CORDEIRO, de cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, PEDRO ADEMIR CAVALLI, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - exonerar, a pedido, RAFAEL BRUNO MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, VALÉRIA AIDAR CORDEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - exonerar, a pedido, ADRIANO HIDEAR RODRIGUES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - exonerar, a pedido, EMÍLIA DA SILVA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VII - prover, ALMIR GASPAR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VIII - prover, EMÍLIA DA COSTA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IX - exonerar, a pedido, RONALDO PEREIRA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

X - prover, RAFAEL BRUNO MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XI - exonerar, a pedido, KARINA DE FÁTIMA PINTO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XII - exonerar, a pedido, MARLENE TEREZINHA BLOCH, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XIII - prover, KARINA DE FÁTIMA PINTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XIV - prover, MARLENE TEREZINHA BERALDIN BLOCH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XV - exonerar, a pedido, DÉLCIO PEREIRA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XVI - prover, JOACIR ANTÔNIO LAZARETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 027/2001

I - exonerar, a pedido, APARECIDA DE FÁTIMA ZUCARELLI, de cargos em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, JOSILDA VANESSA DORADA, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - exonerar, a pedido, JÚLIA PONTES GATTI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, JOSÉ CARLOS GONÇALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

V - exonerar, a pedido, ALYSSON TOBIAS LEMOS DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - prover, DEJANIRA CORDEIRO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VII - exonerar, a pedido, LUCIANO KNIEBEL DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP4, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VIII - prover, LAURECIR JOSÉ WANDOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IX - exonerar, a pedido, JOÃO PEDRO DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

X - prover, WANDERLEI FERREIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XI - exonerar, a pedido, PAULO ALEXANDRE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XII - prover, SAULA NARA MESSIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XIII - exonerar, ANDRÉ PAULINO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XIV - prover, RENATO FERNANDO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XV - exonerar, a pedido, ANTÔNIO SBARDELOTTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XVI - prover, JANETE ÂNGELA CARNEIRO JACOMEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XVII - prover, ALSANDRO RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de janeiro de 2001.

(Prot. nº 173/20010)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.01.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 028/2001

I - prover, AIRTON CARDOSO CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Eli Ghellere, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, VITÓRIO CZAICA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Eli Ghellere, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Eli Ghellere, a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme especifica:

1GP-1: ROSÂNGELA APARECIDA BORGES CARVALHO

1GP-1: ZAIRA DENIS SILVESTRE

1GP-1: AIRTON HENRIQUE CEQUINATTO

1GP-1: MARCOS RODRIGO MOREIRA ELIAS CARRER

ELIAS CARRER

HELENA APARECIDA MACEDO

MICHELINE BUENO

EDUARDO SMIDT VERONA

(Prot. nº 234/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 029/2001

I - exonerar, a pedido, LÚCIO MAURO TASSO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, NATIFRANKE DA CRUZ MOCELLIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - exonerar, a pedido, LUCIANO PENTEADO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, LÚCIO MAURO TASSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 030/2001

prover, VERÔNICA DURAU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Administração deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 031/2001

I - exonerar, a pedido, GERALDO ALVES DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo IGP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, DEAIR MARIA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo IGP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de janeiro de 2001.

(Prot. nº 273/2001).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 032/2001

I - exonerar, a pedido, RICARDO CARVALHO CORRÊA, do cargo em Comissão, símbolo IGP-4, do

gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, MÁRIO KUGLER RODRIGUES, para o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de janeiro de 2001.

(Prot. nº 288/2001)

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 11.01.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 033/2001

I - exonerar, a pedido CÉSAR AUGUSTO MORES, de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, CARLOS HENRIQUE MORES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - prover, CARLOS HENRIQUE MORES, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de janeiro de 2001.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.01.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 034/2001

I - exonerar, a pedido, FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, FABIANA GUEDES CARROCINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 035/2001

I - exonerar, a pedido, MILTOM JOSÉ CIUNEK, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, KARINA CARAZZAI FONSECA, de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - prover, ALAN VON HOLLEBEN, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, KARINA CARAZZAI FONSECA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.01.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 036/2001

I - exonerar, a pedido, ODETINO DE OLIVEIRA CASTRO, do cargo em Comissão símbolo 6-C, do gabinete da 2ª Vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, RADAMÉRIS DO ESPÍRITO SANTO SAÍDE, do cargo em Comissão, símbolo, 4-C, do gabinete da 2ª Vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - prover, ALAN DIEGO FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, ELIZABETH RODRIGUES SIMÕES, de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de janeiro de 2001;

V - prover, PAULO TODERO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - prover, ELIZABETH RODRIGUES SIMÕES, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VII - exonerar, a pedido, CLÁUDIO ROBERTO PRUDÊNCIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VIII - prover, ORLANDO FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IX - exonerar, a pedido, CÍDIO GUIMARÃES SEVERINO, de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de janeiro de 2001;

X - prover, PAULO CEZAR DE CRISTO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 037/2001

I - prover, CÍRIO CUSTÓDIO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Aparecido Custódio da Silva, a partir de 17 de janeiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, GILFROIS CARLOS BAUER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Aparecido Custódio da Silva, a partir de 17 de janeiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.01.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 038/2001

prover, ROSANE MOURA BRASIL BAPTISTA, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-1, da Administração deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 039/2001

I - exonerar, a pedido, IZAÍAS JOSÉ SOARES BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, FLORENTINA FERRARI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - exonerar, a pedido, MÁRIO SÉRGIO SANTOS BARRETO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - exonerar, a pedido, DOUGLAS MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do Deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001;

V - exonerar, a pedido, BENEDITO MARQUES BEZERRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - prover, ECLEMIR ROSA SOUZA COSTA, para exercer cargo em Comissão, símbolo, DAS-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VII - prover, ÍNDIA MARA SAAD DOURTANIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do

gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VIII - prover, BENEDITO MARQUES BEZERRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IX - prover, DOUGLAS MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do Deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001;

X - prover, GIOVANNE DUTRA NAZARÉ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001;

XI - prover, MARIA CLÁUDIA ACCIOLY SARTORI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 040/2001

I - exonerar, a pedido, HIDEKO YOSHIDA WATANABE, do cargo em Comissão símbolo DAS-4, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, VIVIANE PERES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo, DAS-4, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, VALTER ALEXANDRE LOPES DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, VALDECIR DE BORBA, de cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de janeiro de 2001;

V - prover, FREDERICO LEWIN FERRAZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - prover, ITAMARA STIVELBERG, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 041/2001

I - prover, JOSÉ VENÍCIUS DA SILVA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Aparecido Custódio da Silva, a partir de 17 de janeiro de 2001;

II - prover, ROGÉRIO FAGUNDES FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Aparecido Custódio da Silva, a partir de 17 de janeiro de 2001;

III - prover, CARLOS MAURÍCIO CARMASSI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Aparecido Custódio da Silva, a partir de 17 de janeiro de 2001;

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.01.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 042/2001

I - exonerar, a pedido, ROSICLÉA D'LOURDES DOS SANTOS NASCIMENTO, de cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, ROSICLÉA D'LOURDES DOS SANTOS NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 065/2001

I - exonerar, a pedido, LUCYLENE CRISTINA SANFELICE, dos cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, BENILDA CARDOSO DE SOUZA, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-1, junto ao gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 1164/2001)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.02.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em Exercício

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 13.030 de 28 de dezembro de 2000.

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 030/2001-DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.030 de 28 de dezembro de 2000 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903700	2000	000	2.597.000,00
Total			2.597.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESAS:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903900	2000	000	2.097.000,00
33908000	2000	000	500.000,00
Total			2.597.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.09.2001.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

PORTARIA Nº 77/2001

designar, ROBERTA RAVANELLO, servidora deste Poder Legislativo, para supervisionar o serviço Odontológico desta Assembléia Legislativa, a partir desta data.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.06.2001.

PORTARIA Nº 87/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MÁRCIA BORIO WOJTUNICK, matrícula nº 41010, de sessenta (60) dias a partir de 08 de agosto de 2001, término 07 de outubro de 2001. CID.10 m65.4.

(Prot. nº 8340/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.2001.

PORTARIA Nº 88/2001

colocar à disposição do Tribunal de Justiça, a servidora deste Poder Legislativo, SILVIA HELENA RODRIGUES MOMO, matrícula nº 4707, até a data de 31.12.2001, sendo com ônus para o órgão de origem, para prestar serviços junto ao Juiz de Direito da comarca de Maringá.

(Prot. nº 8781/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.09.2001.

PORTARIA Nº 89/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias a partir de 21 de

agosto de 2001, término 20 de setembro de 2001.CID.298.9/0.

(Prot. nº 8579/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.2001.

PORTARIA Nº 90/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ROBERTO NOVAES, matrícula nº 130, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Legislativo “B”, nível - NU-3, ref. IV, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, o tempo de dezoito (18) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 30 de outubro de 1984 a 30 de junho de 1989, antecipado em razão das férias de 1985 e 1986, contadas em dobro; ao segundo quinquênio compreendido entre 30 de junho de 1989 e 30 de dezembro de 1993, antecipado em razão do 1º quinquênio; ao terceiro quinquênio compreendido entre 30 de dezembro de 1993 e 30 de junho de 1998, antecipado em razão do quinquênio anterior, de acordo com o artigo 248, da Lei de nº

6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 8063/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.06.2001.

(a) MIGUEL ABIB - Diretor Geral

Errata:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 227/2001

conceder, aposentadoria por invalidez, a MARILENE MULLER, matrícula nº 40856, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-59, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos artigos 139, 224, da Lei nº 6174/70, acrescidos de dois (02) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da mesma lei, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 09, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 4495/2001)

(Republicado por ter saído com incorreção, no Diário da Assembléia nº 077, de 06.06.2001)